

## Bibliotecas de Alexandria: a produção dos conhecimentos a partir de Gabriel Tarde

Josaida de Oliveira Gondar<sup>1</sup>  
Rosimere Mendes Cabral<sup>2</sup>

### Resumo

Analisa a formação e manutenção das Bibliotecas de Alexandria sob o prisma da produção dos conhecimentos. Introduz um breve histórico dos usos políticos da memória e do esquecimento no projeto da antiga Biblioteca de Alexandria, considerando o acúmulo de milhares de rolos de papiro. Aborda a revitalização da cidade e o projeto de criação da Biblioteca Alexandrina, idealizado por Hosni Mubarak com possíveis usos políticos da memória mítica. Discute a socialização de informações durante o movimento da Primavera Árabe a partir das ideias de Gabriel Tarde sobre a produção, preservação e socialização de conhecimentos.

**Palavras-chave:** Memória Social. Primavera Árabe. Biblioteca Alexandrina. Gabriel Tarde.

### Introdução

O presente trabalho pretende esboçar uma reflexão acerca da criação e manutenção das Bibliotecas de Alexandria através das concepções de produção e circulação de conhecimentos que alimentaram a construção das duas bibliotecas e, diferentemente destas, a concepção de produção de conhecimentos do movimento que se tornou conhecido como primavera Árabe, no Egito. Primeiramente, será feita uma apresentação do cenário egípcio na antiguidade e as implicações políticas que envolveram o projeto de dominação engendrado por Alexandre Magno, assim como os usos políticos da memória e do esquecimento; em seguida, será abordado o projeto de criação da Biblioteca Alexandrina e, por último, será apresentada uma discussão sobre a socialização das informações no recente Movimento da Primavera Árabe egípcia, a partir das ideias de Gabriel Tarde.

---

<sup>1</sup> Possui graduação em Psicologia pela PUC-Rio (1981), mestrado em Psicologia (Psicologia Clínica) pela PUC-Rio (1987), doutorado em Psicologia (Psicologia Clínica) pela PUC-Rio (1993), doutorado sanduíche na Université Paris VII (1992) e pós-doutorado em Psicologia - Universidad de Deusto, Espanha (2000). Atualmente é professora associada da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Psicanálise, atuando principalmente nos seguintes temas: sintomas contemporâneos, a obra de Sandor Ferenczi, trauma, memória e criação, poder e cultura.

<sup>2</sup> Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2004).

O Egito viveu sua glória na antiguidade, sob o reinado ptolomaico de 307 a.C. até três séculos depois, aproximadamente, quando se tornou um estado satélite romano. A dinastia dos Ptolomeu assumiu o trono após a morte de Alexandre Magno, fundador da cidade em 331 a.C. que recebeu seu nome. Alexandria foi considerada uma grande metrópole cosmopolita e a mais importante do mundo helênico<sup>3</sup> (LÉVÊQUE, 1979, p. 39). Nesta cidade foi construído um templo de saber com museu e biblioteca. De acordo com Flower (2002, p. 25), esta se tornou a primeira grande biblioteca e centro de pesquisas internacional, no sentido grego do termo, onde rolos de papiros eram arrumados em estantes, em nichos ou contra as paredes, ainda que não passasse, segundo nossa concepção moderna de biblioteca, de um depósito de livros. Seus leitores eram sábios e homens de letras que liam, conversavam e talvez ensinassem a uns poucos alunos em galerias cobertas, segundo Jacob (2000, p. 45).

O acervo foi formado com o apoio das gerações dos Ptolomeu que, ao incentivarem o acúmulo de rolos nas estantes da biblioteca, num processo incessante de depositar todas as obras disponíveis e em todas as línguas, possibilitaram seu crescimento. Desse modo os Ptolomeu também fortaleceram o domínio cultural e linguístico, além da imagem de si próprios que construíram através do esforço consciente ao reunirem documentos-monumentos durante séculos de existência da biblioteca, afirmando assim a primazia sobre outros povos. Tal acumulação dos escritos, nas palavras de Le Goff (1990, p. 545, 547-548) significa que:

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram [sic], mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. [...] O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias.

Em outras palavras, o documento é fruto da sociedade que o criou envolta em relações de força e poder que estão na base da produção dos escritos, assim como de sua preservação ou apagamento, num jogo que envolve práticas de memória e esquecimento. É deste modo que podemos entender a preocupação com a produção

---

<sup>3</sup> O período helenístico é considerado por Toynbee (1975, p. 18-19) como iniciando-se em fins do segundo milênio a.C. e finalizando no século VII da Era Cristã. Mantendo sua essência cultural e social, a identidade helênica se corporificava em sua instituição básica, a cidade-Estado helênica, onde seria aceito como heleno qualquer habitante da Hélade, não importando qual a sua origem e formação.

e preservação dos conhecimentos, sob a forma de papiros, na Biblioteca de Alexandria.

A escrita egípcia teve forte influência no processo memorativo desta civilização e em seus propósitos políticos. A relação entre a escrita e seus usos políticos pode ser ligada ao acúmulo de escritos em bibliotecas e arquivos, mas também às práticas de esquecimento, apagamento das memórias e vestígios de outros povos e reinos, com o intuito de facilitar o processo de dominação de vastas regiões. Apesar da importância da escrita, os egípcios não alcançaram prestígio por meio de “uma história discursiva ou analítica”, nem houve a “criação de uma epopéia oral própria”, muito menos de “escrituras sagradas”. Tal falta manteve os egípcios “em uma posição intermediária comum”, de forma que “sua sociedade” foi “auxiliada pela capacidade de ler e escrever, mas não transformada por ela”, conforme interpretação de Fischer (2006, p. 35).

A Biblioteca de Alexandria sofreu algumas catástrofes, sendo a maior delas ocasionada por um grande incêndio em Alexandria, em 48 a.C. O fogo se alastrou para a região do Bruquion onde se localizavam a biblioteca e o museu e grande parte desse centro cultural foi perdido. O ano de 642 d.C. marcou o fim de uma era para a cidade de Alexandria, quando o Egito foi conquistado pelo general árabe Amr Ibn Al As, pondo fim aos quase nove séculos de domínio greco-romano. O comandante Muhammad Ali, originário da Macedônia, assim como Alexandre Magno, criou uma dinastia que durou várias gerações e se manteve no poder até 1952, quando foi abolida a monarquia. Ali tornou Alexandria uma cidade próspera e elegante com mais de duzentos mil habitantes, devolvendo o antigo brilho ao elevá-la a segunda capital e o primeiro porto de seu império. O prestígio cultural foi alcançado graças a alguns alexandrinos, poetas, pintores, químicos e outros cientistas e, nos séculos XIX e XX, a cidade foi reavivada.

Um grandioso projeto de revitalização foi iniciado nos anos de 1980. Trata-se da criação da atual Biblioteca Alexandrina construída na área próxima ao local onde se acredita que a antiga biblioteca existiu. O projeto ambicioso recebeu o apoio da Unesco - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (órgão cultural da ONU – Organização das Nações Unidas) e de diversos países com recursos para aquisição, manutenção e expansão do acervo e construção do prédio, numa

área de mais de oitenta e cinco mil metros quadrados, num total de onze andares, quatro deles abaixo do nível do mar. A biblioteca foi inaugurada em fins de 2001 e em evento estratégico, num importante momento: os atentados terroristas às torres gêmeas nos EUA.

O novo centro de conhecimento pretende ser um local de referência para o saber mundial, valendo-se, para isso, da aura que foi construída em torno da biblioteca antiga. Desse modo, o Egito poderia sentir-se legitimado a não apenas ter a maior biblioteca do mundo, mas também ser o melhor do mundo na preservação dos conhecimentos de toda a humanidade. Compreende-se que este centro de saber visa não apenas ao desenvolvimento intelectual da sociedade, como também a uma posição no cenário político mundial e no Oriente médio, em particular, ao pretender retomar o passado mítico de Alexandria e erigir-se sobre ele, como seu herdeiro.

Caberia perguntar, todavia, até que ponto a Biblioteca Alexandrina poderia ser vista com um lugar de memória nacional ou de preservação do passado a serviço da coletividade. O passado cujas glórias essa biblioteca poderia fazer renascer não é egípcio, mas macedônico; é o passado do dominador. A Biblioteca de Alexandria não foi criada para preservar a memória do Egito, mas para legitimar, também no plano da cultura, o poder helênico sobre o Egito. Este país foi governado por quase trinta anos (1981-2011) por Hosni Mubarak, idealizador do projeto da nova biblioteca, governante que desempenhou um importante papel de mediador em questões diplomáticas no Oriente Médio e aliado dos norte-americanos.

Pode-se então reforçar a hipótese sobre o propósito político da construção da Biblioteca Alexandrina: Hosni a teria projetado segundo o mesmo princípio que usou para governar a sua política de boas relações com os demais países da região; essas relações interessam na medida em que afetam o lugar dos egípcios na visão que o mundo possui dos povos do Oriente Médio. Um desdobramento da hipótese aqui apresentada sobre o propósito de construção da Biblioteca Alexandrina – transformar a imagem do Egito no cenário internacional – pode ser realizado a partir de uma ideia de Huyssen. Segundo ele, pode se pensar num uso político da memória quando ocorre “uma mobilização de passados míticos para apoiar explicitamente políticas chauvinistas ou fundamentalistas” (HUYSSSEN, 2000, p. 16). Huyssen cita como exemplos a Sérvia pós-comunista, a Índia, a Argentina e o Chile, que teriam feito um

tal uso político da memória mítica visando legitimar esse tipo de prática. Mas seria possível aplicar essa ideia também ao governo do presidente Hosni, ao inaugurar a Biblioteca Alexandrina. Sua construção próxima ao local onde se acredita que a antiga biblioteca existiu não indicaria uma tentativa de reviver o passado grandioso daquela? Sua localização e a imponência de sua arquitetura são elementos capazes, de fato, de mobilizar este passado mítico.

O governo de Hosni Mubarak desmoronou no início de 2011, sob influência de protestos iniciados na Tunísia, movimento conhecido como Primavera Árabe e que se espalhou por outros países árabes do norte da África e Oriente Médio. Todos esses países se encontravam sob regimes autoritários que aos poucos deveriam, com eleições livres, se tornar democracias, segundo análise de El-Aouni (2011, p. 37). Os movimentos que levaram à derrubada desses governos apresentavam uma característica central: em geral se compunham de jovens frustrados devido às condições sociais e econômicas, a maioria entre 15 e 29 anos, parcela que representa um terço da população total, ou cem milhões, dos trezentos milhões de pessoas vivendo hoje no mundo árabe, praticamente o tempo que os governos autoritários assumiram. Para Yousef<sup>4</sup> (apud BERLINCK, 2011, p. 40), “a maioria vive há anos insatisfeita com exclusão, desemprego e educação precária”. Fato importante para se analisar as questões que envolvem a saída de Mubarak, juntamente com o governo que assumiu provisoriamente formado por uma junta militar, é que os militares fazem parte do poder desde a revolução de 1952, ano em que foi derrubada a monarquia.

Diante deste cenário, Bitar (2011, p. 37) acredita que assistimos “a uma nova oferta política, com movimentos laicos e de jovens se organizando”. Segundo a análise de Habib<sup>5</sup> (2011) “foi o sofrimento que, no dia 25 de janeiro, revoltou o povo do Egito, num levante popular pacífico e espontâneo, sem planejamento e sem organização, com centenas de milhares de universitários concentrando-se na Praça da Libertação”, mais conhecida como Praça Tahir.

---

<sup>4</sup> Tarik Yousef é Reitor da School of Government de Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, em seu livro “Generation in waiting” onde faz uma descrição da saga dos jovens no Oriente Médio – entre 15 e 29 anos de idade.

<sup>5</sup> Mohamed Habib é professor titular e pró-reitor de extensão e assuntos comunitários da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas). cursou a graduação e o mestrado na Universidade de Alexandria (Egito).

Os jovens do Egito têm hoje muito contato com a mídia ocidental, fato que na análise de Taylor (2011, p. 37) possibilitou que o acesso à tecnologia e às redes de relacionamento usadas pelos jovens através da internet sem fio e da rápida difusão de ideias servisse como instrumento de comunicação entre os países árabes e democracias ocidentais, facilitando assim a disseminação de informações em tempo real. Estas foram usadas para que eles se organizassem em grupos, independentemente de partidos e líderes políticos.

Tal mobilização mostra a força de jovens mais conscientes do que ocorre no mundo, considerando que há grande contingente de pessoas com nível universitário no Egito, “setecentos mil se formam por ano [...] e disputam duzentos mil empregos”, contabiliza Yousef (apud BERLINCK, 2011, p. 40). Percebe-se assim que o índice de desemprego é alto e pode ter influenciado a mobilização dos jovens por outra forma de governo que trouxesse melhorias nas condições sociais e econômicas.

Os cenários político-sociais apresentados ao relatar as condições do Egito no período atual e na antiguidade podem permitir uma análise sobre como os processos de apropriação do conhecimento, tais como foram trabalhados por Gabriel Tarde (1902), se entrelaçam às relações de poder que se desenvolvem em diferentes momentos históricos na sociedade egípcia. No final do século XIX, partindo da relação entre riquezas e conhecimentos, Tarde questionou o modelo marxista no qual todos os bens se transformam em mercadoria. Segundo a lógica tardeana da economia política, os conhecimentos e as mercadorias passam a ter suas propriedades opostas, uma a uma. Os conhecimentos como bens “inteligíveis, inapropriáveis, não-cambiáveis e inconsumíveis” e por outro lado as mercadorias como bens “tangíveis, apropriáveis, cambiáveis e consumíveis”.

É a partir deste questionamento que as duas Bibliotecas de Alexandria e a Primavera Árabe podem ser analisadas. Em primeiro lugar, uma lógica da apropriação – inclusive pilhagem – na Biblioteca de Alexandria; em segundo lugar uma lógica mais insidiosa na Biblioteca Alexandrina, que aparentemente teria um propósito de socialização de conhecimentos, mas que, de fato, utiliza um passado mítico para legitimar um processo de apropriação e consumo no qual o Egito poderia figurar como referência do Oriente Médio; e em terceiro uma lógica real de socialização de conhecimentos durante a eclosão da Primavera Árabe, por mais que esse movimento

tenha se transformado em seguida e sido capturado por outros interesses políticos que não aqueles que o originaram. Cada uma dessas formas de produção de conhecimentos será agora analisada.

Para Tarde (1902), as categorias da economia política como: troca, valor, propriedade, produção, trabalho etc., passam por uma crise a partir do momento em que os conhecimentos são integrados ao fenômeno econômico, devido ao fato de não serem bens “raros”. Os conhecimentos não são raros porque podem ser amplamente disseminados e desse modo não obrigam aqueles que participam de sua relação de trocas a se alienar e a se despojar, como ocorre nas relações de trabalho e de troca de mercadorias. A ligação entre riqueza e conhecimento para Tarde (1902) vê erguer-se uma fronteira a partir do momento em que o conhecimento é reconhecido como um modo de produção específico e essa produção não se realiza segundo os princípios da raridade e da necessidade. Em outras palavras, devido ao fato de a natureza da atividade e do objeto implicarem a necessidade da livre produção e da livre socialização dos conhecimentos, a lógica capitalista não é mais suficiente para responder a esse *modus operandi*. Daí a tal fronteira ou crise surgir devido à impossibilidade de se comandar e ditar as modalidades de produção – como a divisão do trabalho – assim como a socialização (ou mercado) dos conhecimentos.

A categoria riqueza, pensada sob este aspecto, leva a uma concepção distinta daquela defendida pelos economistas clássicos. Tem-se agora uma forma de riqueza na qual os bens não são mais cambiáveis, apropriáveis e consumíveis; são, na verdade, o oposto. O conhecimento não é um produto palpável, um bem material como são as mercadorias. O conhecimento não é cambiável, pois não se pode explicá-lo por meio da transmissão de mercadorias, visto que a comunicação dos conhecimentos não requer a alienação e o despojamento, ou seja, quem transmite conhecimentos não os perde. Não há despojamento no processo de socialização dos conhecimentos.

Seguindo a mesma lógica, enquanto bem inapropriável o conhecimento não requer a exclusividade da sua propriedade no processo de troca, como é o caso das mercadorias. Em outros termos, o conhecimento não precisa que alguém tenha a sua propriedade exclusiva para que ele satisfaça a uma necessidade ou para que seja

trocado, pois o conhecimento é um bem cuja propriedade é coletiva. Ele funciona diferentemente das mercadorias segundo a lógica marxista, pois estas necessitam de propriedades exclusivas e individuais.

A categoria inconsumível dos conhecimentos significa que o conhecimento não pode ser destruído pelo uso, como o são as mercadorias. Ao ser utilizado, o conhecimento não tende à extinção, como ocorre com as mercadorias segundo a lógica marxista; ao contrário, quem socializa o conhecimento, numa cooperação entre cérebros, dá e retém ao mesmo tempo. Ao contrário de um bem consumível, que enriquece quem o possui apenas na medida em que é guardado e acumulado, o conhecimento traz enriquecimento na medida em que é dado, entregue, tornado disponível. Neste sentido, o conhecimento apresenta duas qualidades que são próprias da memória: através dele pode se dar e preservar ao mesmo tempo. Neste caso, aquele que dá não está perdendo conhecimento, mas sim trocando, socializando. Em outras palavras, o conhecimento é dado e retido simultaneamente, sem perdas, sem empobrecimento e sim enquanto contribuição e difusão. Daí podermos afirmar que o consumo e a produção coincidem na produção de conhecimentos.

Para Tarde (1902) o modo de socialização dos conhecimentos baseia-se na emanção, na adição recíproca, na faculdade daquele que participa da produção e da troca de dar e reter ao mesmo tempo. Por adição recíproca e emanção entende-se que não há sacrifício, perda, há sim uma reciprocidade, uma troca de conhecimentos, onde quem dá não está se despojando, mas contribuindo para a produção de novos conhecimentos.

São essas características atribuídas por Tarde ao processo de socialização de conhecimentos que nos permitem articulá-lo ao movimento da Primavera Árabe que também se espalhou pelo Egito, entre outros países da região. Evidentemente, nossa pretensão não é a de realizar uma análise político partidária do movimento, mas tão somente a de pensá-lo sob a ótica de uma transformação no campo dos conhecimentos. Foi extensamente noticiado o quanto as novas tecnologias e redes de comunicação – computadores e celulares conectados por internet - tiveram um papel importante na eclosão do movimento.

As teses de Tarde nos oferecem possibilidade de pensar conceitualmente essa transformação. Com ele, poderíamos formular a seguinte hipótese: os milhares de jovens que se reuniram na Praça Tahir, no Egito, e conseguiram derrubar um governante que ocupava o poder há quase trinta anos, participaram de uma rede de socialização dos conhecimentos. Segundo a concepção de Tarde (1902) o conhecimento pode ser um objeto de desejo semelhante a uma mercadoria, mas há um outro aspecto que é a "força de adesão mental que suscita e o número de indivíduos nos quais ele a suscita". Podemos supor que essa força de adesão influenciou os jovens que, através das redes de comunicação e o uso de tecnologias tiveram acesso a conhecimentos sobre outros movimentos, como o ocorrido na Tunísia, assim como informações sobre o que ocorre no mundo e, dessa forma, uniram forças através da socialização dos conhecimentos, o que facilitou o movimento que levou à derrubada do governo Mubarak.

A questão é que as redes de comunicação e de tecnologia usadas pelos jovens egípcios funcionaram como espaços de autonomia, situando-se além do controle de governos e empresas que monopolizavam os canais de comunicação, canais que formavam os alicerces de seu poder. Na medida em que o governo e o universo empresarial egípcios não eram capazes de controlar o uso das redes sociais, isto possibilitou a conexão entre pessoas que passaram a formar redes, independentemente de opiniões ou filiações a organizações, sendo possível assim uma união em torno de interesses comuns na tentativa de transformar a realidade social e econômica. Ou seja, a reunião em torno de redes permitiu que milhares de pessoas das mais diversas idades e condições passassem a ocupar o espaço público até então controlado pelas forças do governo, alterando assim as relações de poder. Tais relações fazem parte da constituição das sociedades, pois aqueles que detêm o poder são os mesmos que constroem as instituições de acordo com seus interesses e valores.

Ora, o que a socialização de conhecimentos através das redes nos demonstrou é que onde há poder pode haver também contra-poder, justamente a capacidade que as pessoas têm de desafiar o poder que está inserido nas instituições, lutando por seus objetivos e buscando a construção de uma ordem social mais de acordo com seus próprios valores e interesses. Uma população constantemente

amedrontada por um governo que controlava os meios de comunicação, com sérias restrições à liberdade de expressão, alta taxa de desemprego – especialmente entre os jovens –, inflação alta, dentre outras dificuldades, encontrou um outro meio de se expressar através de redes sociais nas quais passou a trocar informações, criando assim uma rede de contra-poder. Parece que essa necessidade de lutar, de transformar o medo em indignação e esta em esperança, ao reivindicar melhorias e mudanças nas relações de poder até então mantidas por quase trinta anos, alimentou o Movimento da Primavera Árabe.

Castells (2013, p. 8; 10) afirma que o “poder é exercido por meio da coerção (o monopólio da violência, legítima ou não, pelo controle do Estado) e/ou pela construção de significado na mente das pessoas” usando para isso “mecanismos de manipulação simbólica”. No caso do governo Mubarak a manipulação se dava através do medo, da intimidação cujo uso permitia manter as pessoas de certa forma controladas. Contudo, esse medo pôde ser transmutado em indignação e, depois, em esperança por uma humanidade melhor. Essa transformação se deu através do contato com movimentos em outros países, contato que permitiu a proliferação da indignação e do ímpeto de mudar a realidade. Aqui pode se ver como a proliferação de informações e conhecimentos é capaz de transformar até mesmo os sentimentos. Esse contato e essa proliferação propiciaram um ímpeto de luta por melhorias nas condições de vida, causando a derrubada da ditadura sob a qual viviam.

Tarde mostra que o conhecimento, por ser inapropriável, não necessita ser propriedade exclusiva de uma pessoa para que seja transmitido ou doado a outros. Assim, o acesso ao conhecimento pode ter permitido que jovens egípcios fizessem proliferar e expandir os conhecimentos adquiridos de forma a alcançar uma transformação social – como acesso ao mercado de trabalho, melhores condições sociais e econômicas – o que nas palavras de Taylor (2011, p. 37) seria uma “democracia controlada pela sociedade e não por indivíduos [...] um sistema com eleições livres, justas e transparentes”. Assim, por meio da rede de comunicação formada através do uso de tecnologias, jovens trocaram informações e conhecimentos de maneira que esta aquisição não fosse propriedade exclusiva de ninguém, mas sim usada de maneira colaborativa. O caráter inapropriável do

conhecimento adquirido através dessa via propiciava sua expansão pelas redes sem que houvesse um proprietário exclusivo.

Foi dito que o conhecimento é um bem não-cambiável, posto que para Tarde (1902) quem transmite conhecimentos não os perde, nem se despoja deles ao socializá-los. Logo, poderíamos pensar que os conhecimentos transmitidos pelas redes de comunicação usadas pelos egípcios não se tornou uma perda e sim uma socialização, visto que não houve empobrecimento daquele que possui conhecimentos; pelo contrário, a difusão destes contribuiu para o aumento do valor próprio do conhecimento, visto que as ideias puderam ser possuídas de uma forma diferente das riquezas fabricadas.

Para melhor compreensão, Tarde (1902) propõe analisarmos a produção de um livro. Devemos admitir que se trata de um produto material e imaterial ao mesmo tempo, que apresenta um duplo valor: um valor venal (venda) por ser tangível, apropriável, cambiável e consumível, visto assim como mercadoria; e um valor-verdade (imaterial) por ser intangível, inapropriável, não-cambiável, e inconsumível. Estas duas lógicas diferentes estão ligadas à natureza dupla do livro. Podemos ver no decorrer do progresso das civilizações que essas lógicas tendem a se opor como se fossem duas realidades contraditórias, exigindo diferentes formas de regulação e direitos de propriedade. Assim, poderíamos pensar o processo de produção de conhecimentos nas bibliotecas de Alexandria hoje e na antiguidade e no movimento da Primavera Árabe no Egito como representantes dessas realidades contraditórias. A antiga Biblioteca de Alexandria poderia expressar a primeira das realidades ao tornar-se um mito de biblioteca universal, pretendendo reunir num só lugar todo o conhecimento produzido no mundo. Trata-se de um propósito de acumulação, apropriação e troca que só faria sentido numa lógica da mercadoria. Nas palavras de Namer (1987), a biblioteca de Alexandria revelava uma “memória cumulativa dos saberes das elites do poder”, já que o saber ali armazenado era restrito ao rei, seus descendentes, sábios e eruditos.

Ao analisarmos a Biblioteca de Alexandria segundo esta concepção tardeana veremos aí uma “possibilidade da apropriação exclusiva da produção dos conhecimentos” por um “pequeno grupo de eleitos” (TARDE, 1902). A Biblioteca de Alexandria era uma biblioteca de Estado, mas sem público, como explica Jacob

(2000). Ela era restrita a uma minoria de eruditos que tinha acesso à memória do saber registrada e depositada nas estantes, sendo sua finalidade a acumulação e não a difusão do saber para educar a sociedade. Havia neste caso um uso da biblioteca como instrumento de dominação, conforme Canfora (1988, p. 28) explicita: “assim nasceram bibliotecas reais em todas as capitais helênicas: não apenas como fator de prestígio, mas também como instrumento de dominação” cultural e linguística, em que o saber se encontra claramente a serviço do poder. Este processo de apropriação exclusiva dos conhecimentos, como mostrado por Tarde (1902), estaria ligado à “materialização do conhecimento em uma mercadoria”; no caso de Alexandria, seriam os milhares de rolos de papiro dispostos nas estantes e com acesso restrito a uma minoria erudita. O conhecimento era acumulado e compartilhado pelo seleto grupo que o apreendia e transformava em novos conhecimentos a partir dos estudos na biblioteca. Ora, o que está em questão na apreensão e na transformação dos conhecimentos é a memória. Sem ela nenhum desses processos seria possível. Isso talvez justifique a hipótese de Tarde (1902) quando diz que a apropriação exclusiva do conhecimento não seria realizável, ao menos no todo, porque implicaria na inexistência de uma “função essencial de nosso espírito, a memória”. Tal justificativa levaria ao fato do conhecimento ser inapropriável, não-cambiável e inconsumível, e explicado pela relação cooperativa entre cérebros e pela memória. Afinal, a memória é justamente a função que é “capaz de dar e reter ao mesmo tempo”, sem que com isso ocorra uma perda, mas sim um compartilhamento, uma “adição recíproca” que indicaria assim uma outra realidade, aquela na qual se encontra inserida a nova Biblioteca Alexandrina.

Diferentemente da antiga, na atual biblioteca o acesso pretende ser livre e o acervo foi composto de forma a atender aos mais diversos públicos. Tem-se aqui um propósito de socialização de conhecimentos, segundo a ótica tardeana. Mas apenas como propósito. De fato, o projeto da Biblioteca Alexandrina utiliza um passado mítico para legitimar um processo de apropriação política da memória e consumo no sentido de pertencer a uma lógica da mercadoria. Ela fazia parte de um ambicioso projeto arquitetado pelo ex-governante Mubarak para que se tornasse possível um uso político da memória. Tal uso nas palavras de Huyssen (2000) ocorre quando um passado mítico é mobilizado para dar sustentação ou legitimação aos jogos do

poder. O projeto da atual biblioteca permite perceber o quanto a memória pode ser instrumento de poder e o quanto pode ser utilizada para fins políticos, pois Mubarak pretendia ainda obter ganho na rivalidade com as bibliotecas dos países mais desenvolvidos, além de manter a sua importante posição como mediador de conflitos no Oriente Médio. Ao ser alçada como herdeira de um passado mítico – que, como vimos, nem mesmo era o passado do Egito e sim do povo que o subjuguou, os macedônios – a biblioteca de Mubarak se afasta de uma lógica de socialização de conhecimentos e se mostra atrelada ainda a uma lógica da mercadoria, através da qual agrega um passado mítico para tornar-se mais rara e venalmente mais valorizada. Esta valorização foi fartamente utilizada durante o processo de criação da biblioteca pelo fato de seu valor venal ser usado com o intuito de obter recursos da UNESCO e de diversos países para sua construção e formação de acervo.

### **Considerações Finais**

O livre acesso ao conhecimento e às redes de comunicação através do uso intenso de tecnologias parece ter possibilitado que milhares de jovens se conectassem a outros movimentos por liberdade, conquistando assim a derrubada do governo Mubarak. Desse modo, percebemos como o recurso à cultura e ao saber se tornaram estratégias políticas fundamentais no mundo contemporâneo. O conhecimento adquirido pelos jovens nos remete à concepção de Tarde (1902) no qual a “adesão mental” inclui um aspecto do conhecimento que exigiria “uma hierarquia ética dos valores”, ou seja, outros valores em curso e não somente o valor venal (tangível, apropriável, cambiável, consumível), mas também um compartilhamento de memórias e conhecimentos. O que levaria a uma crise da submissão dos conhecimentos ao capital, devido à cooperação, mudando assim a relação econômica pois, mais importante que a aquisição e a posse, seria o acesso a um bem, que poderia ser um livro ou a própria internet. Foi este acesso que teria permitido o compartilhamento de ideias, conhecimentos entre os jovens egípcios, tornando-os ativos no processo de derrubada de um governo repressor.

A relação de cooperação entre os jovens nos direciona a Tarde (1902, p. 89) quando diz que “o fato de os conhecimentos serem inapropriáveis, não-cambiáveis e

inconsumíveis” somente seria explicado através dessa relação de cooperação “entre cérebros e pela memória”, pois apenas “ela é capaz de dar e reter ao mesmo tempo”. Assim, a cooperação de conhecimentos realizada por meio das redes de comunicação, como a internet e a mídia através do acesso à moderna tecnologia, pode estar sendo responsável por profundas mudanças políticas, econômicas e sociais em países árabes como o Egito, pois a memória conteria em si o instrumento, a matéria-prima e a energia necessários visando à produção e reprodução dos conhecimentos, instrumento este necessário para que as sociedades se desenvolvam e construam processos políticos nos quais a liberdade de expressão e a socialização dos conhecimentos estejam devidamente amparadas nas suas constituições e instituições governamentais.

## Referências Bibliográficas

BAINES, John. **Literacy and ancient Egyptian Society**.

BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Dir.). **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no Ocidente. Tradução Marcela Mortara. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. 351 p.

BERLINCK, Deborah. Filhos da ditadura, pais da revolução. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 fev. 2011. O mundo, Economia, p. 40.

BITAR, Karim. Duas saídas para o país. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 fev. 2011. O mundo, Economia, p. 37.

CANFORA, Luciano. **A biblioteca desaparecida**: histórias da Biblioteca de Alexandria. Tradução Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 195 p.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2013. 271 p.

EL-AOUNI, Hamadi. Início de uma união árabe. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 fev. 2011. O mundo, Economia, p. 37.

FISCHER, Steven Roger. **História da leitura**. Tradução Claudia Freire. São Paulo: Ed. UNESP, 2006. 337 p.

FLOWER, Derek. **Biblioteca de Alexandria**: as histórias da maior biblioteca da antiguidade. Tradução Otacílio Nunes e Valter Ponte. São Paulo: Nova Alexandria, 2002. 215 p.

HABIB, Mohammed. **O Egito em busca da sua democracia**. Vermelho, 07 fev. 2011. Disponível em: <[http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id\\_noticia=147007&id\\_secao=9](http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=147007&id_secao=9)>. Acesso em: 11 jul. 2011.

HUYSSSEN, Andréas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. 116 p.

JACOB, Christian. Ler para escrever: navegações alexandrinas. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Dir.). **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no Ocidente. Tradução Marcela Mortara. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. p. 45-73.

LAZZARATO, Maurizio. Trabalho e capital na produção dos conhecimentos: uma leitura através da obra de Gabriel Tarde. In: GALVÃO, Alexander Patez; SILVA, Gerardo; COCCO, Giuseppe. (Orgs.). **Capitalismo cognitivo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 61-82.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 3. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1990. 553 p.

LÉVÊQUE, Pierre. **Impérios e barbáries**: do século III a.C. ao século I d.C. Tradução Ana Maria Rabaça. Tradução Artur Morão. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1979. 336 p.

NAMER, Gérard. Les institutions de mémoire culturelle. In: \_\_\_\_\_. **Mémoire et société**. Paris: Méridiens Klincksieck, 1987.

TARDE, Gabriel. **La psychologie économique**. Paris: Félix Alcan, 1902.

TAYLOR, Christopher. A força que vem dos jovens. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 fev. 2011. O mundo, Economia, p. 37.

TOYNBEE, Arnold J. **Helenismo**: história de uma civilização. Tradução Waltensir Dutra. 4. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar Editores, 1975. 234 p.

Recebido em: 23/08/2014  
Aprovado em: 03/12/2014